

"A ameaça do terrorismo internacional é presente e real, mas devemos continuar nossa vida cotidiana."

Tony Blair, primeiro-ministro britânico, ontem, em pronunciamento feito depois de seu discurso anual sobre política externa.

# Metas sociais e a necessidade de uma linha de miséria



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

O cálculo de indicadores de pobreza, enquanto insuficiência de renda, requer a fixação de uma linha abaixo da qual os indivíduos são considerados miseráveis.

Nas linhas de indigência se calcula valores monetários que permitam suprir necessidades calóricas básicas. No caso da pobreza considera-se, além de despesas alimentares, as de habitação, vestuário, transporte etc. O cálculo de linhas de pobreza encerra todas as escolhas metodológicas da linha de indigência além de embutir outras ainda mais gerais e de significado incerto do tipo: Você tem fome de quê?

No Centro de Políticas Sociais da FGV optamos por uma linha de miséria baseada apenas em necessidades alimentares mínimas, tal como fixadas pela OMS (2288 calorias dia) e traduzidos em valores monetários usando os hábitos de consumo das pessoas situadas entre os 20% e os 50% mais pobres da população. O resultado é uma linha de 80 reais mensais por pessoa avaliada a preços da Grande São Paulo. A proximidade com outros valores, objetos de debate, a torna um referencial útil. Por exemplo, o projeto Alvorada do governo federal utiliza como critério de elegibilidade ao Bolsa-alimentação,

Bolsa-escola, etc, o valor máximo de R\$ 90 mês por pessoa. Isto é, pessoas com rendas superiores a este valor não tem acesso aos programas. Já o Fome Zero de Lula busca completar a renda dos indivíduos até um valor de R\$ 80 reais. Vejamos um cálculo simples do custo do pão nosso de cada dia que Jack Schechtman costuma fazer: se cada brasileiro consumisse três pães franceses ao custo atual de 30 centavos em cada uma das três refeições diárias, chegamos a um custo de R\$ 81 por mês.

Como disse meu co-autor, Francisco Ferreira, não existe nada de possivelmente errado na escolha de Lula de que cada brasileiro deveria ter ao seu alcance pelo menos três refeições diárias. Isto é um valor ético e ponto. Na verdade, cada brasileiro tem uma linha de miséria na cabeça. A Pesquisa de Padrões de Vida implementada pelo IBGE, usando a metodologia do Banco Mundial, contém perguntas sobre a linha de miséria subjetiva de cada um. Uma pergunta de particular interesse aqui é: qual a menor renda que uma família de quatro pessoas (um casal e dois filhos) precisaria para sobreviver? A média das respostas é R\$ 408 mês/família ou R\$ 102 mês por pessoa. Nesta perspectiva R\$ 80 mês por pessoa estaria mais para uma linha light.

É fundamental o Brasil adotar, de uma vez por todas, uma linha oficial de miséria. O EUA assim o fez em meados dos anos 60. A adoção de uma linha oficial é a primeira meta a ser atingida, se quere-

mos adotar metas de redução de miséria ao longo do tempo. O essencial é se adotar uma linha, independentemente do valor arbitrado. Na minha visão, a linha oficial mais interessante seria aquela acima de idiosincrasias locais. Como o objetivo de combate à miséria transcende mandatos de governos e fronteiras nacionais, seria indicada a escolha de linhas usadas com frequência no contexto internacional de US\$ 1 ou US\$ 2 por pessoa, ajustada pela paridade de poder de compra (PPP). Cabe frisar que a linha seria em reais: uma vez calculado o valor inicial em reais este seria ajustado pelo índice de inflação oficial doméstico.

Além do arbítrio da linha de miséria — a fronteira imaginária entre lado belga e o indiano da Belíndia — temos uma série de outros elementos subjetivos — e arbitrários — envolvidos na miséria. A literatura de pobreza usa, em geral, três indicadores da família FGT. Em primeiro lugar, no índice denominado P0 conta-se a parcela da população cuja renda familiar per capita está abaixo de uma linha de miséria arbitrada. Segundo cálculos do CPS/FGV existem 50 milhões de brasileiros com renda abaixo de 80 reais mês (a preços de São Paulo).

Já o P1 constitui um indicador mais interessante que o P0 por levar em conta a intensidade da miséria. O P1 revela quanta renda adicional cada miserável deveria receber para satisfazer as suas necessidades básicas. A utilidade do P1

no desenho de políticas sociais é direta, pois ele é capaz de informar os valores mínimos necessários para erradicar a miséria. A hipótese subjacente é que cada miserável receberia apenas o suficiente para içá-lo até a linha de miséria. Por exemplo, no caso da linha de R\$ 80, quem tem renda R\$ 1 ganharia R\$ 79, e vice-versa. Enquanto, quem recebesse renda acima de R\$ 80 não receberia nada. O Mapa do Fim da Fome lançado pela FGV calcula este custo em 1,8 bilhões mensais, cerca de 4% da renda familiar, o que daria em média cerca de R\$ 36 reais

**A adoção de uma linha de miséria oficial é a primeira meta a ser atingida, se queremos estabelecer metas de redução de miséria**

para os 50 milhões de miseráveis. A outra pergunta foi quanto cada um dos 120 milhões de brasileiros acima da linha de miséria deveria contribuir em média para o completo alívio da miséria? Resposta: R\$ 15 por mês.

Finalmente, o indicador conhecido como P2 eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. Se a meta fixada fosse a redução do P0, existiriam incentivos espúrios para a adoção de políticas focadas no segmento logo

abaixo da linha de pobreza e não nos mais miseráveis. Por exemplo, dar em primeiro lugar um real a quem tem renda R\$ 79 e não a quem tem zero. Além dessa inversão de prioridades, o foco das políticas redistributiva seria bastante sensível à escolha sempre arbitrária da linha de miséria.

No caso do P2, independentemente da linha arbitrada, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. A adoção do P2 corresponde à instituição de uma espécie de ascensor social que partiria da renda zero. A meta de redução do P2 ao conferir prioridade máxima às ações voltadas para os mais carentes é mais eficiente em termos fiscais.

Em suma, as prioridades da política social estão mal definidas com a contagem de pobres (P0), sua implicação é "primeiro os menos pobres". Apesar da complexidade associada a maior aversão a pobreza do P2, o seu corolário imediato "primeiro os mais pobres" nos parece, eticamente, mais adequado. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na formulação das metas sociais.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br